



26
10

Processo n.º12/13_UVP-FPC

DECISÃO FINAL EM PROCESSO DISCIPLINAR
(DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DA UVP-FPC)

A. Identificação e Instrução

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 30/09/2013, contra o ciclista/filiado portador da licença n.º , tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pela prática de infração ao disposto na alínea a) do n.º2 do art. 3.º da Lei n.º 38/2012 (resultado positivo em controlo antidopagem).

A instrução do processo foi conduzida pelo Exmo. Senhor Dr. Tito Crespo, que foi nomeado pelo Presidente deste Conselho aquando da abertura do processo disciplinar. Findo o inquérito, o processo disciplinar foi entregue pelo Instrutor ao Presidente.

Estão presentes todos os membros deste Conselho, tendo-se verificado que o Arguido está sujeito ao poder disciplinar da UVP-FPC, e que nesta data não decorreram mais de 120 dias desde a comunicação da violação da norma antidopagem (n.º 3 do art. 59.º da Lei n.º 38/2012), pelo que se encontram reunidos todos os pressupostos para validamente deliberar e decidir o processo disciplinar.

B. Decisão

No termo da instrução foi elaborado relatório final, que se subscreve na totalidade - quer quanto à matéria de facto, quer quanto à matéria de direito – e para o qual se remete, passando o mesmo a fazer parte integrante da presente decisão.

No relatório final do Exmo. Senhor Instrutor do processo, este propõe a aplicação, em concreto, ao Arguido, das seguintes sanções: *“Considerando tudo quanto acima se expôs, por se julgar suficiente, tanto em termos preventivos como para efeitos punitivos, propomos ao Conselho de Disciplina da UVP-FPC a aplicação ao Arguido das seguintes sanções cumulativas: Pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de 2 anos, nos termos do artigo 61.º n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto e do artigo 17.º n.º1 do Regulamento Antidopagem UVP-FPC; Anulação dos resultados obtidos nas competições em que participou*



**FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE CICLISMO**

após a violação da norma antidopagem, nos termos do disposto no artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto; Multa de €750 (setecentos e cinquenta euros), nos termos do disposto no artigo 27.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC.”.

Depois de analisado todo o processo, este Conselho discutiu a proposta do Exmo. Senhor Instrutor e unanimemente todos os membros concordaram com a mesma.

Decide-se, assim, no caso concreto, aplicar ao ciclista/filiado
as seguintes sanções cumulativas:

- **Pena de dois anos de suspensão da atividade desportiva** (art. 61º nº 1 da Lei nº 38/2012);
- **Anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia 13/08/2013** (art. 76.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto);
- **Sanção pecuniária no valor de €750,00** (art. 27.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC em vigor) a pagar em 10 prestações mensais e sucessivas, cada uma no valor de €75 (setenta e cinco euros), vencendo-se a primeira no mês seguinte ao trânsito em julgado desta decisão.

Nestes termos, estando o Arguido suspenso preventivamente, ao abrigo deste processo, desde 30/09/2013, o mesmo não poderá participar, em que qualidade for, em nenhuma competição ou evento desportivo, até ao dia 29/09/2015 (conforme decorre da conjugação do disposto nos artigos 69.º e 70.º, ambos da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto).

De molde a que seja garantido o cumprimento efetivo da sanção ora aplicada, o Arguido deverá proceder à entrega da sua licença desportiva na sede da UVP-FPC (pessoalmente ou via CTT) no prazo máximo de 5 dias. A licença ser-lhe-á devolvida decorrido que esteja o período de suspensão.

Notifique-se a decisão ao Ciclista e à ADoP, juntando-se em anexo cópia do Relatório Final de Inquérito.

Lisboa, 06 de Janeiro de 2014

P'los Membros do Conselho de Disciplina,

2

RELATÓRIO FINAL

I. TRÂMITES PROCESSUAIS

A UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA / FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO (adiante UVP/FPC), por delegação da Autoridade Antidopagem de Portugal (adiante ADoP), instaurou o presente processo disciplinar contra o seu filiado com a **licença nacional n.º** tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo positivo fora de competição, realizado no dia 13.08.2013, com o código "Rebordo", e que acusou a presença da substância *Furosemida* (substância proibida específica, pertencente à classe S5 da Portaria n.º 22/2013, de 23 de Janeiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos).

No âmbito do processo disciplinar foi realizado o presente inquérito, durante o qual foram realizadas, *inter alia*, as seguintes diligências de instrução:

1. Foi enviado ao Arguido, e este recebeu, o despacho de abertura do processo disciplinar e a nota de culpa (v. fls. 12 a 15 e 19 a 24);
2. Foi recolhida prova documental (v. fls. 2 a 11 e 25 a 40);
3. Foram tomadas declarações ao Arguido (v. fls. 25 e 26);
4. Foi pedido um parecer técnico à ADoP, na pessoa do Professor Dr. Luís Horta (v. fls. 41 e 42);
5. A resposta da ADoP foi notificada ao Arguido, sendo-lhe concedido prazo para se pronunciar (v. fls. 43 a 47).

O Arguido não constitui mandatário nem respondeu por escrito à nota de culpa, mas compareceu na data agendada para a sua inquirição, tendo então optado por prestar declarações, que foram reduzidas a escrito (v. fls. 23 e 24).

O Arguido não requereu a junção de quaisquer documentos, nem a realização de diligências probatórias, limitando-se a apresentar a sua versão dos factos.

Oficiosamente, o Instrutor fez algumas pesquisas acerca dos produtos/medicamentos que o Arguido afirmou ter tomado, com vista a tentar descortinar se algum deles teria sido o responsável pelo resultado positivo da análise (v. fls. 25 a 40). Ademais, solicitou também, a este respeito, parecer técnico à ADoP (v. fls. 41 e 42).

Inexistem, assim, quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer e os elementos constantes do processo disciplinar são, a nosso ver, suficientes para tomar uma

decisão. Pelo que, concluída a instrução, cabe elaborar este Relatório Final de inquérito, que acompanhará o processo e se destina a facilitar a tomada de decisão pelo Conselho de Disciplina da UVP-FPC.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Neste ponto enunciaremos os factos imputados ao Arguido com hipotética relevância disciplinar, analisando a defesa e a prova realizada durante o processo de inquérito, para determinar quais se consideram provados. Depois disso, proceder-se-á à subsunção dos factos provados às normas legais e regulamentares aplicáveis, para depois concluir se o Arguido deve, ou não, ser condenado.

i) DA PROVA REALIZADA:

No presente inquérito, o Arguido vem acusado da prática de um ato de dopagem, materializado na presença de uma substância proibida na amostra de líquido orgânico que lhe foi recolhida pela ADoP (infração prevista no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto).

A acusação fundou-se no relatório de ensaio da amostra A463436, realizado no Laboratório de Análises de Dopagem, no qual consta que foi detetada na amostra a presença da substância proibida *Furosemida* (substância proibida específica pertencente à classe S5 da Portaria n.º 22/2013, de 23 de Janeiro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos) – v. fls. 4.

Notificado para o efeito, o Arguido prescindiu da realização da contra-análise. Remeteu um e-mail e uma carta à UVP-FPC, onde expressamente declara que "*não pretendo a análise à amostra B.*" (v. fls. 9 a 11), conformando-se, assim, com o resultado positivo da amostra A.

Aquando da sua inquirição, confrontado com o resultado positivo, o Arguido alegou que:

1. Prescindiu da realização da contra-análise porque "(...) *confia no resultado e, portanto, estaria apenas a encarecer o processo.*" (v. ponto 8 de fls. 24);
2. O resultado positivo "(...) *se deve ter ficado a dever à toma de alguns produtos que tinha na sua casa e tomou na semana anterior ao controlo. Perguntado o nome desses produtos e onde os comprou, respondeu que já não se recorda do nome, mas que na altura do controlo os declarou no respetivo formulário. Confrontado o declarante com o Formulário de Controlo Antidopagem (fls. 3) confirmou que, de facto, foram aquelas os produtos que estava a tomar, mais especificando que o produto da Gold Nutrition que tomou tem o nome 'Extreme Cut Explosion'.*" (v. ponto 1 de fls. 23);
3. "*A toma foi efetuada para substituir os líquidos (água ou sumo)*", explicando ainda que "(...) *tinha os produtos em casa há algum tempo (...) e que no Verão, ao saber que os seus pais viriam a Portugal de férias (...) decidiu fazer uma limpeza e encontrou vários*

produtos que havia adquirido ao longo dos anos. Deitou fora os que já haviam passado de validade e os outros misturou-os e colocou no frigorífico, utilizando-os assim como substitutos da água e do sumo. Já o produto da Gold Nutrition, comprimidos, comprou-o no início do ano, por se tratar de um energético, que poderia ajudar o seu desempenho desportivo. Tomava-o só nos dias em que treinava.” (v. ponto 2 de fls. 23);

4. Após a toma “(...) notava mais concentração e mais vontade de treinar.” (v. ponto 3 de fls. 24);
5. E que os produtos/substâncias em causa foram “(...) a única coisa que tomou na altura em que foi controlado e acrescentou que após ser controlado foi verificar as embalagens e verificou que no produto da Gold Nutrition, em letras pequenas, tinha a menção ‘não recomendado a quem possa ser submetido a controlos antidoping’” (v. ponto 5 de fls. 24).

Pretendeu, assim, o Arguido, defender-se assumindo a toma da substância proibida, mas alegando que mesma foi feita inconscientemente, por só após ser notificado do resultado do controlo ter lido no rótulo do produto da Gold Nutrition que o mesmo não deveria ser tomado por atletas sujeitos às regras da dopagem. E, ademais, confessou que nenhuma das tomas efetuadas teve razões médicas que a justificassem.

Infelizmente, o Arguido não suportou nenhuma das suas alegações em elementos probatórios que permitissem demonstrar a sua veracidade. Sem prejuízo, cabe aqui analisar.

Segundo consta a manuscrito no Formulário do Controlo Antidopagem, a fls. 3, o Arguido declarou a toma dos seguintes medicamentos/suplementos: “Sais Minerais, Gold Nutrition, Ferro, Folicil, Supradyn, Lorenin.”. Especificou depois, em sede de inquérito, que o produto da Gold Nutrition em causa era o ‘Extreme Cut Explosion’.

Perante estes dados o Instrutor, oficiosamente, juntou aos autos um rótulo do produto ‘Extreme Cut Explosion’, da Gold Nutrition (v. fls. 25). Nele é patente a inexistência de qualquer recomendação para que não seja tomado no caso de o tomador poder ser sujeito a controlos antidopagem. Não é, portanto, exato o alegado pelo Arguido a este respeito.

Aqui chegados, o Instrutor achou então pertinente analisar a composição dos medicamentos Folicil®, Supradyn® e Lorenin®, que o Arguido alegou ter misturado e bebido, de molde a perceber se foram estes, ou não, os responsáveis pelo resultado positivo. Para o efeito juntaram-se aos autos as respetivas bulas (v. fls. 26 a 40). A análise dos referidos documentos permitiu constatar que nenhum contém *Furosemida* na sua composição.

Sem prejuízo dos elementos *supra* referidos, por se tratar de uma questão de natureza técnica, o Instrutor entendeu conveniente submetê-la à apreciação da ADoP. Para o efeito, contactou, via e-mail, o seu Presidente, o Professor Dr. Luís Horta, no sentido de perceber se alguma das explicações fornecidas pelo Arguido justificavam o resultado positivo da análise. Em resposta, a ADoP veio esclarecer que “Este praticante desportivo teve um relatório analítico positivo para

Furosemida que é um diurético. Nenhuma das explicações fornecidas pelo praticante desportivo justificam o resultado analítico positivo para Furosemida.” (v. fls. 41 e 42).

O Arguido foi notificado da resposta desfavorável da ADoP e foi-lhe dado prazo para, querendo, se pronunciar (v. fls. 43 a 47). Nada disse.

Perante isto, os elementos de prova contidos nos autos não deixam margem para dúvidas de que o resultado positivo da análise foi provocado pela toma de outro(s) produto(s), que o Arguido não declarou aquando do controlo, nem confessou em sede de processo disciplinar. Fica, assim, por determinar o produto que gerou o resultado positivo, bem como a forma como o mesmo foi administrado.

Por último, será ainda relevante sublinhar que, aquando da sua inquirição, o Arguido confessou que “(...) *com a toma daqueles produtos/substâncias (...) notava mais concentração e vontade de treinar.*” (v. ponto 3 de fls. 24). E, bem assim, ficou igualmente claro que a toma da substância *Furosemida* não foi efetuada para fins médicos ou terapêuticos, porquanto o Arguido não alegou padecer de qualquer problema de saúde que, à data dos factos, justificasse a toma deste diurético.

ii) DOS FACTOS PROVADOS:

Perante os elementos recolhidos, temos como provados os seguintes factos:

1. O Arguido é titular de licença desportiva n.º _____ emitida pela UVP-FPC para a época 2013.

Este facto fica provado pelo documento de fls. 2 e pelo Auto de Declarações, a fls. 23.

2. No dia 13 de Agosto de 2013 o Arguido foi sujeito a um controlo antidopagem fora de competição, realizado pela ADoP, com o nome de Código “Rebordo”, tendo-lhe sido recolhida a amostra de urina n.º 463436.

Este facto foi provado pelo documento constante de fls. 3, que é Formulário do Controlo Antidopagem da ADoP.

3. A análise realizada à amostra n.º A463436 revelou a presença da substância *Furosemida* no organismo do Arguido.

Este facto foi provado pelo documento constante de fls. 4, que é o Relatório de Ensaio do Laboratório de Análises de Dopagem da ADoP.

4. Notificado do resultado adverso, o Arguido prescindiu da realização da análise à amostra B463436 (contra-análise).

Este facto foi provado pelos documentos constantes de fls. 9 a 11, que são um e-mail e uma carta do Arguido, ambos remetidos à UVP-FPC.

5. Nenhum dos produtos/substâncias declarados pelo Arguido no Formulário de Controlo Antidopagem foi o causador da presença da substância *Furosemida* no organismo do Arguido.

Este facto foi provado pela confrontação do documento de fls. 3 com os documentos de fls. 25 a 40 e com o parecer técnico da ADoP de fls. 42.

6. A toma da substância proibida *Furosemida* não visou fins médicos ou terapêuticos.

Este facto foi provado por confissão do Arguido, no depoimento escrito de fls. 23 e 24.

7. O Arguido, ao introduzir no seu organismo a substância *Furosemida* agiu livre, consciente e voluntariamente, bem sabendo que a conduta não lhe era permitida pela Lei.

Este facto foi provado por presunção natural. De facto, face à prova científica da presença da substância dopante no Arguido e de que a mesma não pode ter sido produzida pelo organismo deste, conjugada com a não descoberta, no decurso do procedimento disciplinar, de qualquer circunstância anómala que justificasse a presença dessa substância sem o concurso voluntário ou censurável do mesmo atleta, é possível concluir, com base nas regras da experiência (prova *prima facie*) que o Arguido introduziu a dita no seu organismo, pôde determinar a sua ação, quis agir como agiu e é imputável. Por outro lado, sendo filiado numa Federação desportiva tinha obrigação de saber da existência de um conjunto de normas que proibiam (e proibem) aquela sua conduta.

- Conclusões

Os elementos recolhidos são suficientes para, nos termos conjugados do disposto nos artigos 9.º e 6.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, podermos afirmar, com segurança, que o Arguido praticou o ato de dopagem de que vem acusado (previsto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto).

iii) DO DIREITO:

Importa agora considerar as normas jurídicas às quais se poderão subsumir os factos acima descritos.

Nos termos do disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, a presença de uma substância proibida numa amostra recolhida a um praticante desportivo constitui violação das normas antidopagem. Acresce que, nos termos do artigo 5.º n.º1 da citada Lei o praticante desportivo tem o dever de assegurar que não introduz ou é introduzida no seu organismo qualquer substância proibida, sendo em consequência responsabilizado por qualquer substância proibida que seja encontrada na amostra que lhe pertença (artigo 6.º n.º1 da mesma Lei).

Tratando-se do uso de uma substância proibida específica (como é o caso), em primeira infração, o infrator é punido com pena de advertência ou com pena de suspensão até dois anos, contando que " (...) *faça prova do modo como a substância proibida entrou no seu organismo e de que o seu uso não visou a melhoria do rendimento desportivo ou não teve efeito mascarante* (...) – v. artigo 62.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto.

Como acima se viu, o Arguido não augurou fazer prova de nenhum dos requisitos exigidos pela Lei para beneficiar deste regime.

E, assim sendo, a infração do disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto será punível com as seguintes sanções cumulativas:

- a. Pena de suspensão da atividade desportiva por um período de 2 anos, nos termos do artigo 61.º n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto;
- b. Anulação dos resultados obtidos nas competições em que participou após a recolha da amostra, nos termos do disposto no artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto; e,
- c. Multa de €500 a €5.000, nos termos do disposto no artigo 27.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC.

III. DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA PENA

Em nossa opinião, os factos recolhidos não nos permitem afiançar a existência de dolo, pelo que, a conduta do Arguido ser-lhe-á imputada, pelo menos, a título de negligência consciente (nos termos do disposto no artigo 15.º alínea a) do Código Penal). Com efeito, os ciclistas, mesmo sendo amadores, se estão filiados numa Federação desportiva e participam em provas oficiais, submetendo-se, consequentemente, ao controlo antidopagem, não podem deixar de verificar se as substâncias que administram no seu organismo fazem, ou não, parte integrante da listagem de substâncias proibidas. Só desta forma, agindo com os deveres de cuidado a que estão obrigados, cumprem o dever a que estão adstritos nos termos do disposto no artigo 5.º da

Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto).

A negligência é punível, nos termos do disposto no artigo 56.º n.º3 e, em concreto, do artigo 61.º n.º2, ambos da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto.

Quanto ao grau da negligência esta é, a nosso ver, grave. De facto, o Arguido, ao ingerir a substância *Furosemida*, potenciou o metabolismo e assim aumentou o consumo natural de gorduras, com a consequente perda de peso, o que no ciclismo consubstancia uma vantagem competitiva (quanto menos peso tiver de ser locomovido, mais fácil e mais rápida se torna a locomoção. Não será despidendo notar, a este respeito, como o preço das bicicletas aumenta proporcionalmente à diminuição do seu peso bruto). Desta forma, seguramente o Arguido conseguiu uma vantagem competitiva perante os restantes atletas, acabando assim por falsear a verdade desportiva, facto que não pode deixar de ser veementemente repudiado nesta sede.

Para além da culpa do agente, a determinação da medida da sanção deve ainda ter em conta as exigências de prevenção, bem como as circunstâncias atenuantes ou agravantes que depuserem a favor, ou contra, o praticante desportivo (v. artigo 14.º n.º2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto e artigos 71.º e 72.º do Código Penal). Feita esta avaliação, o decisor estará habilitado a aplicar, fundamentadamente, a pena ajustada ao caso concreto.

Ora, quanto às exigências gerais de prevenção cabe reforçar, uma vez mais, que o flagelo do *doping* tem de ser veementemente combatido e exemplarmente punido, porquanto o recurso a substâncias proibidas apenas contribui para prejudicar a saúde dos praticantes, falsear a verdade desportiva e manchar a imagem da modalidade. Não é justo, já se disse, permitir que alguns desportistas alcancem por esta via (dopagem) aquilo que devem atingir pelo mérito, esforço e abnegação. Mais ainda, pondo em risco a sua saúde. E manchando inelutavelmente a imagem pública do ciclismo.

Pelo exposto, é nossa opinião que esta conduta deve ser fortemente censurada e alvo de vil repúdio nesta sede, porquanto põe em causa a modalidade, a justiça desportiva, os princípios fundamentais do desporto (inscritos na Lei de Bases do Desporto e no Código da Ética Desportiva) e até a própria saúde do atleta.

No que às exigências especiais de prevenção diz respeito não revestem aqui particular importância, tanto mais que o Arguido já avançou, em sede de inquérito, que abandonará definitivamente a prática da modalidade.

A favor do Arguido deporão, com especial ênfase, o facto de este ser primário e de ter confessado parcialmente a infração de que vem acusado (tendo, aliás, prescindido da realização da amostra B).

Igualmente deverá ser tido em consideração como atenuante o facto de o Arguido não ser um atleta profissional. Trata-se, tão só, de um amador que pratica ciclismo por lazer, não retirando

daí qualquer benefício financeiro. Igualmente, não retirou qualquer proveito financeiro direto da infração praticada. E, por último, como vimos *supra*, ficará necessariamente impedido de participar em provas e eventos desportivos por um período longo e perderá todos os títulos que eventualmente tenha ganho desde a data da prática da infração. Pelo que, a nosso ver, em face disto, não se justifica ainda a aplicação de uma penalização financeira gravosa.

Por último, a este respeito, importará considerar ainda a situação sócio-económica do Arguido – alegadamente trabalha, auferir uma remuneração mensal de €800 líquidos, mas suporta todas as suas despesas, ajuda o seu irmão e está a pagar dívidas que os pais contraíram. Sobejar-lhe-á, portanto, pouca poupança no final de cada mês.

IV. PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando tudo quanto acima se expôs, por se julgar suficiente, tanto em termos preventivos como para efeitos punitivos, propomos ao Conselho de Disciplina da UVP-FPC a aplicação ao Arguido das seguintes sanções cumulativas:

- a. Pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de 2 anos, nos termos do artigo 63.º n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto e do artigo 17.º n.º1 do Regulamento Antidopagem UVP-FPC;
- b. Anulação dos resultados obtidos nas competições em que participou após a violação da norma antidopagem, nos termos do disposto no artigo 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto;
- c. Multa de €750 (setecentos e cinquenta euros), nos termos do disposto no artigo 27.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC.

Lisboa, 30 de Dezembro de 2013

O Instrutor,



(Tito Crespo)